

EDITORIAL - Tempos de Reflexão

General
Gabriel Augusto do Espírito Santo



Tempos de Reflexão

Há um século atrás (1911), a Europa vivia mais uma época de globalização, especialmente assente num comércio internacional em crescimento, onde as exportações representavam entre um quinto e um quarto dos produtos nacionais da Grã-Bretanha, Alemanha e França, o investimento estrangeiro em todo o globo (mais de três quartos com origem na Europa) quase que tinha duplicado entre 1900 e 1914 e um sistema de comunicações com a máquina a vapor, o motor de explosão, o telégrafo e as ondas rádio começava a tornar o mundo mais acessível. O padrão ouro, sem regras escritas mas a que se tinham associado os EUA e o Japão, regulava os pagamentos internacionais e Norman Angell escrevia um best-seller, com o título de *A Grande Ilusão*, em que procurava demonstrar que uma quebra no crédito internacional provocada pela guerra era garantia para que tal guerra não acontecesse ou, se iniciada, tivesse um fim rápido. Garantia de paz que se procurava também na democratização crescente da sociedade, ainda que incompleta, apesar dos progressos conseguidos com a Constituição da III República de França, talvez a mais avançada na Europa de então. E também na dissuasão baseada em alianças ou em preparação militar das potências que crescentemente recorriam à conscrição e preparavam *planos de guerra*.

Depois de 1815, a Europa vivia um século de paz. Conflitos periféricos tinham sido combatidos em paragens distantes dos impérios e só os conflitos da Crimeia (1853-1856) e franco-prussiano (1870-1871) tinham envolvido algumas grandes potências europeias em guerras simétricas em meios. O início do século assistiu ao conflito russo-japonês (1903-1905) e iria assistir com preocupação à instabilidade nos Balcãs.

A instituição militar tinha passado o século a combater, quando lhe foi exigido, e a melhorar a sua preparação para se adaptar a inovações tecnológicas que se tinham verificado nos instrumentos militares no mar e em terra e começavam no espaço aéreo. O pensamento militar preocupava-se com as formas de empregar e organizar a força, o trabalho dos estados-maiores debruçava-se mais sobre a forma de conceber e implementar planos, o ensino tinha evoluído nas escolas militares e a instrução e o treino

passaram a ocupar mais horas na rotina dos tempos das guarnições militares. Mais do que o pensamento militar, alguns pensadores na moda faziam correr a ideia de que “a paz tinha-se tornado aborrecida.”

Em Agosto de 1914, um incidente terrorista em Sarajevo provocou uma crise mal gerida na Europa, que conduziu a uma guerra que iria durar quatro anos, contrariando a ilusão de uma guerra rápida e que provocou mais de cinco milhões de mortos.

Portugal viveu essa transição dos séculos com algumas convulsões. Depois da Conferência de Berlim (1884-1885) tinha sido obrigado a mobilizar forças para defender o Império em África, sofreu a humilhação de um Ultimato, passou por uma bancarrota, mudou de regime político com a implantação da República e teve de entrar numa guerra que não era desejada nem do seu interesse. A Instituição Militar passou por essas convulsões com dificuldades na sua direcção política e nos meios que lhe eram postos à sua disposição, atenuados de alguma forma com as leis da nova República, publicadas em 1911, que entre outras medidas instituíram o serviço militar como dever da cidadania e que iriam permitir o *milagre de Tancos*, em 1916, na organização dos contingentes portugueses que participariam na Grande Guerra.

Sabemos que a história não se repete, mas devemos insistir que a sua leitura ensina a não repetir erros. Ou, como diria Toqueville, “constitui uma galeria de retratos, onde as cópias são mais do que os originais.”

O ano de 2011 apresenta algumas cópias dos retratos de 1911. O sistema financeiro internacional está desregulado. As economias não crescem suficientemente para satisfazer as expectativas criadas a consumidores cada vez mais exigentes. Continuam tentações para alterar a geopolítica global e regional com poderes emergentes na China e no Irão, entre outros, o retomar de conceitos perigosos como o da *Mittleeuropa* ou o refazer de impérios pelo poder das armas. As alianças perdem o seu poder dissuasor e a democratização das sociedades não avança ao ritmo desejado. Conflitos persistentes ou cada vez mais frequentes continuam a provocar insegurança e para uma ameaça global com origem no Corão, na Kalashnikov e no *i-pad* ainda não foi encontrado dissuasor credível.

Ao realismo vivido de uma paz armada, a Europa assiste desarmada a conflitos crescentes nas suas periferias que por incidentes fortuitos ou situações mal avaliadas podem conduzir a tragédias. A Europa unida e de paz bem concebida nos seus alicerces tem sido mal executada na sua construção, sem o cimento que agregue interesses divergentes, que poderia ser conseguido por uma Política Comum de Segurança e Defesa mas que tem sido constantemente adiada face a outras prioridades que mais têm dividido do que unido. O euro e a sua salvaguarda fascinam e não se querem encarar com realismo os perigos que corre. Na procura de uma segurança impossível, a Europa vai vivendo sem defesa, tentando que o outro lado do Atlântico desempenhe funções que são sua obrigação e que seriam tão fáceis de conseguir se prevalecesse a visão estratégica, a direcção política e a mobilização de vontades. Será tempo de ainda se poder reavaliar a estratégia?

Portugal vive de novo momentos difíceis na sua História. Não sendo novidade, são agora

diferentes. Como não há império para conceber alternativas, o alvo das divergências centra-se no Estado. Estado para o qual se discutem funções, esquecendo-se a função de segurança e da defesa e que irá traduzir-se por indefinições, cortes orçamentais, redução de efectivos e o avivar de preconceitos. Esperemos que as vozes de alerta evitem o aprofundar dos perigos que corremos. E esperemos, essencialmente, que na História da Europa não se repitam retratos de 1911.

*Presidente da Direcção da Revista Militar.